



Mauá, 16 de maio de 2024.

Parecer Conclusivo

O presente parecer foi elaborado conforme requisito de cumprimento da Instrução Normativa nº 1/2020 e suas alterações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e normas correlatas contidas no Termo de Acordo Judicial, firmado entre a Prefeitura Municipal de Mauá e a Fundação do ABC, por meio do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Os itens demonstrados aqui são aqueles contidos na forma dos incisos do artigo 200 da mencionada instrução normativa.

I - A localização e o regular funcionamento da beneficiária, descrevendo sua finalidade estatutária e descrição do objeto;

A Fundação do ABC é uma instituição definida como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social, sediada na Av. Lauro Gomes, 2000, Vila Sacadura Cabral em Santo André/SP.

A instituição tem por finalidade estatutária, entre outras ações a prestação de serviços de “assistência à saúde, na área médica ambulatorial, hospitalar, preventiva, odontológica, farmacêutica e outras consideradas necessárias à proteção e à manutenção da saúde, diretamente ou sob a forma de intermediação de serviços”; “manter hospitais universitários, de ensino e outros”.

II – Relação dos repasses concedidos, identificando número, data e valor dos respectivos documentos de crédito, por fonte de recursos, bem como os rendimentos financeiros auferidos;

Nas tabelas abaixo apresentadas, estão contidos os repasses realizados com fonte de recursos e a ordem bancária correspondente, tabela de valores repassados por mês e fonte e tabela síntese dos valores por fonte do ano de 2023.

Recursos transferidos em 2023, contendo identificação da ordem de pagamento e data.

FINANCEIRO (TABELA 2023 ATUALIZADA EM 19/01/2024)



ORDEM	DATA	RECURSO	VALOR
25947	05/01/2023	FEDERAL	RS 7.606.196,15
25948	05/01/2023	FEDERAL	RS 1.723.729,75
26135	11/01/2023	FEDERAL	R\$ 61.000,00
285	30/01/2023	FEDERAL	RS 1.494.103,21
25949	05/01/2023	TESOURO	RS 1.151.849,65
25950	05/01/2023	TESOURO	R\$ 317.499,41
25951	05/01/2023	TESOURO	R\$ 186.362,48
26136	11/01/2023	TESOURO	RS 1.609.074,10
26134	11/01/2023	TESOURO	R\$ 143.451,32
26137	11/01/2023	TESOURO	R\$ 330.950,19
89	19/01/2023	TESOURO	RS 3.675.783,74
499	03/02/2023	TESOURO	RS 2.716.683,41
1148	15/02/2023	TESOURO	RS 1.331.074,72
1149	15/02/2023	TESOURO	RS 2.682.730,36
497	03/02/2023	FEDERAL	RS 4.000.000,00
498	03/02/2023	FEDERAL	RS 4.000.000,00
276	28/02/2023	FEDERAL	RS 2.016.843,51
2748	28/02/2023	FEDERAL	RS 1.031.562,00
2750	28/02/2023	FEDERAL	R\$ 855.595,00
2749	28/02/2023	FEDERAL	R\$ 2.000,00
2747	03/03/2023	TESOURO	R\$ 855.595,00
2751	03/03/2023	TESOURO	RS 1.033.562,00
2752	03/03/2023	TESOURO	RS 2.197.332,00
2755	03/03/2023	TESOURO	RS 10.000.000,00
2753	03/03/2023	ESTADUAL	R\$ 790.000,00
2756	03/03/2023	ESTADUAL	R\$ 260.000,00



2754	03/03/2023	FEDERAL	RS 1.700.000,00
2757	03/03/2023	FEDERAL	RS 1.800.000,00
6479	05/04/2023	TESOURO	RS 1.033.562,00
6480	05/04/2023	TESOURO	R\$ 855.595,00
7244	05/04/2023	TESOURO	RS 3.710.629,20
7245	05/04/2023	TESOURO	RS 4.144.405,00
7246	05/04/2023	FEDERAL	R\$ 1.731.277,11
7247	05/04/2023	FEDERAL	RS 6.991.229,57
7248	05/04/2023	FEDERAL	R\$ 169.791,12
9088	04/05/2023	TESOURO	R\$ 855.595,00
9089	04/05/2023	TESOURO	RS 1.033.562,00
9091	04/05/2023	TESOURO	RS 4.623.077,47
9090	04/05/2023	FEDERAL	RS 1.044.510,95
9092	04/05/2023	FEDERAL	R\$ 568.722,09
9093	04/05/2023	FEDERAL	RS 10.341.229,57
9094	04/05/2023	FEDERAL	R\$ 169.791,12
12927	02/06/2023	TESOURO	R\$ 855.595,00
12928	02/06/2023	TESOURO	RS 3.694.842,48
12929	02/06/2023	TESOURO	RS 4.000.000,00
14039	02/06/2023	TESOURO	RS 1.033.562,00
12930	02/06/2023	FEDERAL	RS 6.844.022,70
12931	02/06/2023	FEDERAL	R\$ 169.791,24
12932	02/06/2023	FEDERAL	RS 1.635.205,32
12933	02/06/2023	ESTADUAL	R\$ 290.569,09
12934	02/06/2023	ESTADUAL	R\$ 112.901,17
16357	06/07/2023	TESOURO	R\$ 855.595,00
16364	06/07/2023	TESOURO	RS 2.900.718,67



16365	06/07/2023	TESOURO	R\$ 177.967,00
16366	06/07/2023	TESOURO	R\$ 565.719,33
16360	06/07/2023	FEDERAL	RS 1.860.000,00
16367	06/07/2023	TESOURO	RS 3.099.267,50
16361	06/07/2023	ESTADUAL	R\$ 100.000,00
16362	06/07/2023	ESTADUAL	R\$ 993.659,50
16363	06/07/2023	ESTADUAL	R\$ 800.000,00
16359	06/07/2023	FEDERAL	R\$ 250.000,00
18077	06/07/2023	FEDERAL	RS 1.442.615,30
18271	10/07/2023	TESOURO	RS 1.033.562,00
18290	10/07/2023	FEDERAL	RS 4.557.384,70
20671	02/08/2023	TESOURO	R\$ 855.595,00
20678	02/08/2023	TESOURO	RS 1.033.562,00
20670	02/08/2023	TESOURO	R\$ 647.332,00
20673	02/08/2023	FEDERAL	RS 4.200.000,00
20672	02/08/2023	FEDERAL	RS 1.600.000,00
20674	02/08/2023	FEDERAL	RS 9.775.255,00
20675	02/08/2023	FEDERAL	R\$ 524.745,00
21869	15/08/2023	FEDERAL	R\$ 45.381,77
24752	04/09/2023	TESOURO	R\$ 855.595,00
25310	04/09/2023	TESOURO	RS 1.033.562,00
24743	04/09/2023	TESOURO	R\$ 883.335,55
24744	04/09/2023	TESOURO	RS 3.086.593,46
24745	04/09/2023	TESOURO	RS 3.535.394,26
24751	04/09/2023	ESTADUAL	R\$ 481.725,00
24746	04/09/2023	FEDERAL	RS 6.144.438,00
24747	04/09/2023	FEDERAL	R\$ 300.000,00



24748	04/09/2023	FEDERAL	R\$ 200.000,00
24749	04/09/2023	FEDERAL	RS 1.660.283,73
24750	04/09/2023	FEDERAL	R\$ 455.562,00
24757	04/09/2023	FEDERAL	R\$ 15.000,00
27804	04/10/2023	TESOURO	R\$ 855.595,00
27215	04/10/2023	TESOURO	RS 1.033.562,00
27803	04/10/2023	TESOURO	RS 5.747.332,00
27805	04/10/2023	FEDERAL	R\$ 16.975,63
27800	04/10/2023	FEDERAL	R\$ 349.000,00
27802	04/10/2023	FEDERAL	RS 2.945.381,77
27801	04/10/2023	FEDERAL	RS 7.609.714,87
30125	04/10/2023	FEDERAL	R\$ 75.384,69
30124	04/10/2023	ESTADUAL	R\$ 382.644,44
32202	03/11/2023	TESOURO	R\$ 855.595,00
32196	03/11/2023	TESOURO	RS 1.033.562,00
32199	03/11/2023	TESOURO	RS 1.500.000,00
32201	03/11/2023	TESOURO	RS 1.618.332,00
32200	03/11/2023	TESOURO	R\$ 400.000,00
32205	07/11/2023	ESTADUAL	RS 2.000.000,00
32204	07/11/2023	ESTADUAL	R\$ 69.369,90
32203	03/11/2023	FEDERAL	R\$ 17.980,97
32198	03/11/2023	FEDERAL	R\$ 529.813,25
32206	03/11/2023	FEDERAL	RS 1.008.000,00
32207	03/11/2023	FEDERAL	RS 1.500.000,00
32197	03/11/2023	FEDERAL	RS 8.161.186,75
35149	24/11/2023	FEDERAL	R\$ 30.000,00
33300	24/11/2023	FEDERAL	R\$ 869.363,46



36218	04/12/2023	FEDERAL	R\$ 15.084,71
36221	04/12/2023	FEDERAL	R\$ 855.595,00
36028	04/12/2023	TESOURO	RS 1.033.562,00
38134	07/12/2023	FEDERAL	R\$ 287.948,58
41561	22/12/2023	FEDERAL	R\$ 189.591,17
41545	22/12/2023	FEDERAL	RS 16.543.241,20
41546	22/12/2023	FEDERAL	R\$ 106,15
41547	22/12/2023	FEDERAL	R\$ 349,65
41548	22/12/2023	FEDERAL	RS 286,17
41549	22/12/2023	FEDERAL	RS 180,29
41550	22/12/2023	FEDERAL	RS 300,13
41551	22/12/2023	FEDERAL	R\$ 1.035,37
41552	22/12/2023	FEDERAL	R\$ 939,25
41553	22/12/2023	FEDERAL	RS 72,66
41554	22/12/2023	FEDERAL	RS 163,87
41555	22/12/2023	FEDERAL	R\$ 8.910,50
41556	22/12/2023	FEDERAL	RS 202,78
41557	22/12/2023	FEDERAL	RS 929,02
41558	22/12/2023	FEDERAL	RS 336,79
41559	22/12/2023	FEDERAL	R\$ 67,57
41560	22/12/2023	FEDERAL	RS 619,43
TOTAL			RS 225.000.608,99

Recursos transferidos por fonte e por mês, no exercício 2023

FINANCEIRO (TABELA 2023 ATUALIZADA EM 19/01/2024)



Mês	Fonte	Total
Janeiro	Federal	10.885.029,11
	Municipal	7.414.970,89
Janeiro Total		18.300.000,00
Fevereiro	Federal	11.906.000,51
	Municipal	6.730.488,49
Fevereiro Total		18.636.489,00
Março	Estadual	1.050.000,00
	Federal	3.500.000,00
	Municipal	14.086.489,00
Março Total		18.636.489,00
Abril	Federal	8.892.297,80
	Municipal	9.744.191,20
Abril Total		18.636.489,00
Maio	Federal	12.124.253,73
	Municipal	6.512.234,47
Maio Total		18.636.488,20
Junho	Estadual	403.470,26
	Federal	8.649.019,26
	Municipal	9.583.999,48
Junho Total		18.636.488,80
Julho	Estadual	1.893.659,50
	Federal	8.110.000,00
	Municipal	8.632.829,50
Julho Total		18.636.489,00
Agosto	Federal	16.145.381,77



	Municipal	2.536.489,00
Agosto Total		18.681.870,77
Setembro	Estadual	481.725,00
	Federal	8.775.283,73
	Municipal	9.394.480,27
Setembro Total		18.651.489,00
Outubro	Estadual	382.644,44
	Federal	10.996.456,96
	Municipal	7.636.489,00
Outubro Total		19.015.590,40
Novembro	Estadual	2.069.369,90
	Federal	12.116.344,43
	Municipal	5.407.489,00
Novembro Total		19.593.203,33
Dezembro	Federal	17.905.960,29
	Municipal	1.033.562,00
Dezembro Total		18.939.522,29
Total Geral		225.000.608,99

Recursos transferidos no exercício 2023 por fonte

FINANCEIRO (TABELA 2023 ATUALIZADA EM 19/01/2024)

Fonte	Total
--------------	--------------



Estadual	6.280.869,10
Federal	130.006.027,59
Municipal	88.713.712,30
Total Geral	225.000.608,99

III - Datas das respectivas prestações de contas, bem como a aplicação de sanções por eventuais ausências de comprovação ou desvio de finalidade;

Prestação de Contas	
Mês de referência	Data da Prestação
Janeiro	24/02/2023
Fevereiro	27/03/2023
Março	25/04/2023
Abril	24/05/2023
Maiο	27/06/2023
Junho	27/07/2023
Julho	24/08/2023
Agosto	18/09/2023
Setembro	24/10/2023
Outubro	24/11/2023
Novembro	22/12/2023
Dezembro	30/01/2024

IV - Os valores aplicados no objeto do repasse, informando inclusive eventuais glosas;

Em cumprimento do termo de acordo judicial, firmado entre o Ministério Público Estadual e a Prefeitura de Mauá, durante o exercício 2023, o escopo das atividades previstas para a instituição foram as de participação nas políticas prioritárias do SUS; atenção à saúde; gestão em saúde; gestão de pessoas; atribuições técnicas e administrativas; e dados de produção assistencial, metas e indicadores.

Tais eixos de atuação constam no termo assim como no plano operativo cujos parâmetros de desenvolvimento das atividades trazem boa medida do atingimento de seus objetivos a partir das ações, procedimentos e atendimentos em saúde ali trazidos.

São ações em gestão em saúde aquelas previstas e que consistem na gestão em articulação com a rede de atendimento público em saúde do município, assim como os atendimentos realizados na rede da atenção primária com seus profissionais, para além daqueles atuantes nas unidades de média complexidade, ambulatórios e unidades de urgência e emergência.

Para a consecução de seus objetivos, a gestão de pessoas, a oferta de insumo e serviços, a gestão técnica e administrativa e os controles e demonstrações de dados de produção e medição dos



correspondentes indicadores e metas também perfazem as tarefas realizadas no âmbito do referido termo.

Assim, restou demonstrado que a destinação dos recursos oriundos do termo está circunscrita nos parâmetros estabelecidos naquele documento, não tendo sido identificado qualquer despesa e destinação alheia às finalidades estipuladas no instrumento mencionado.

Nesse sentido é possível afirmar que os recursos destinados foram aplicados no objeto pretendido, resta concluir que os repasses foram devidamente aplicados nas despesas relacionadas aos serviços contratados do TAJ.

V - A devolução de eventuais glosas, saldos ou autorização formal para sua utilização em exercício subsequente;

No Segundo quadrimestres após o não cumprimento de alguns indicadores utilizados para realizar o cálculo do repasse financeiro referente a parte variável de 5%, a Instituição atingiu apenas 850 pontos dos 1.000 que são necessários de acordo com o termo de acordo judicial, firmado entre a Instituição, o Ministério Público Estadual e a Prefeitura de Mauá, com isso houve um corte no valor de R\$ 88.071,36 (oitenta e oito mil, setenta e um reais e trinta e seis centavos). Valor que foi descontado em fevereiro/2024.

Em relação às glosas aferidas, não chegaram a ser pagas, pois como estava no regime indenizatório os pagamentos eram feitos após o ateste de serviços e notas apresentadas.

VI - Se as atividades desenvolvidas com as verbas públicas repassadas se compatibilizam com as metas propostas, bem como os resultados alcançados, indicando o cumprimento do plano de trabalho, com exposição das razões da não consecução ou extrapolação das metas pactuadas;

Todos os repasses realizados no período, foram aplicados em atividades que contemplam o objeto do Termo de Acordo Judicial.

Os meses de janeiro e fevereiro estavam no período indenizatório, pois o Termo de Acordo Judicial foi homologado apenas em 16/02/2023.

O 1º quadrimestre/23, foi considerado um período de adaptação e ajustes para o cumprimento do plano pactuado, uma vez que houve bastante dúvidas, devido às mudanças de pessoal e membros da Comissão, e foi preciso realizar algumas reuniões entre Comissão e O.S, para alinhamento de informações e sanar dúvidas. Foi um período de construção e de muito trabalho.

Alguns indicadores são avaliados de forma quadrimestral, prejudicando e impossibilitando a apuração da meta no período, concluindo então que estes resultados fossem a título de registro e ciência, sem aplicação de desconto. Desta forma, a O.S poderia trabalhar em cima dos apontamentos feitos.



No 2º quadrimestre/23, os indicadores que não atingiram a meta e perderam pontos, foram os seguintes:

- Proporção de gestantes com pelo menos seis consultas pré-natal realizadas, sendo a 1ª até a 20ª semana de gestação – **PERDENDO 20 PONTOS**
- Cobertura de exame Citopatológico – **PERDENDO 40 PONTOS**
- Proporção de crianças com até 12 meses de idade, inscritas nas unidades, com calendário vacinal completo para a idade e início de vacinação – **PERDENDO 20 PONTOS**
- Taxa de Demandas de Ouvidoria – **PERDENDO 20 PONTOS**
- Taxa de Episiotomia – **PERDENDO 40 PONTOS**
- Amamentação na primeira hora de vida – **PERDENDO 10 PONTOS**
- Conformidade nos relatórios da Prestação de Contas - **PERDENDO 20 PONTOS**

Os restantes dos indicadores atingiram a pontuação máxima, totalizando **850 pontos**. Neste quadrimestre houve o desconto.

Para o 3º quadrimestre, a direção da O.S- Fundação, solicitou à Comissão para reanalisar o “score de pontuação”, uma vez que a aplicação dos pontos estava em desacordo, pois somente começavam a pontuar quando acima de 70% da meta.

A Comissão por sua vez, analisou e aprovou junto ao Conselho Gestor e Ordenador de Despesas, e aplicou para este período o novo score.

Abaixo, segue indicadores com metas não atingidas na sua pontuação máxima:

- Número médio de exames do Subgrupo 5 - Diagnóstico por ULTRASSONOGRRAFIA realizados no CRSMCA – **PERDENDO 04 PONTOS**
- Proporção de cumprimento de metas de produção assistencial - Equipes de Atenção Básica – **PERDENDO 03 PONTOS**
- Proporção de crianças com até 12 meses de idade, inscritas nas unidades, com calendário vacinal completo para a idade e início de vacinação – **PERDENDO 08 PONTOS**
- Proporção de gestantes com pelo menos seis consultas pré-natal realizadas, sendo a 1ª até a 20ª semana de gestação – **PERDENDO 04 PONTOS**
- Cobertura de exame citopatológico – **PERDENDO 20 PONTOS**
- Proporção de trabalhadores com exame periódico realizado no ano corrente – **PERDENDO 20 PONTOS**



- Tempo médio de reposição de trabalhadores desligados – **PERDENDO 10 PONTOS**
- Oferta de procedimentos (consultas e/ou SADTs) especializados à Regulação Municipal – **PERDENDO 10 PONTOS**
- Taxa de episiotomia – **PERDENDO 04 PONTOS**

A somatória dos pontos não atingidos foi igual a 83 pontos do total de 1000.

Com o ajuste na escala, para o 3º quadrimestre/23 a valorização na matriz de indicadores atingiu **917 pontos**, que se refere a **95% do repasse**, gerando um **desconto de 5%** da parte variável.

No decorrer dos meses de 2023 verificamos avanço na apresentação dos dados pela Fundação, bem como na resolução das pendências relacionadas aos indicadores.

VII - O cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria;

As atividades desenvolvidas pela instituição ocorreram em conformidade com o objeto, não tendo sido identificados desvios de finalidade, assim como, as prestações de contas apresentaram os documentos das despesas realizadas.

VIII - A disponibilização, pela entidade do terceiro setor, dos documentos comprobatórios dos gastos efetuados com os recursos da parceria e sua devida contabilização, atestada pelo contador da beneficiária;

As despesas realizadas com os recursos destinados à fundação, foram apresentadas nas prestações de contas e as demonstrações apresentadas contam com o ateste de contador designado pela mantida para tal fim.

IX - A conformidade dos gastos às normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, definidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações;

Foram analisados os contratos de compra e prestações de serviço, bem como os documentos contidos na prestação deste ano, conforme Roteiro de Análise de Prestação de Contas e sobre eles informamos:

Preliminarmente, cumpre informar que quando iniciamos o trabalho de fiscalização dos contratos identificamos que alguns deles estavam sendo pagos na modalidade de indenizatórios, tendo em vista estarem vencidos. Sendo assim, solicitamos que a contratada fizesse os devidos ajustes, realizando novas licitações e/ou aditando os contratos, o que durante o ano foi realizado, motivo pelo qual nosso parecer foi no sentido de que os contratos estão regularizados.

No mais, quanto a publicidade das atividades, a OS pública os extratos de licitações em seu portal da transparência, cumprindo com o roteiro instituído no roteiro de análise de prestação de contas.



Sendo assim, vislumbramos que os processos de compra até o presente momento estão em consonância com os requisitos estipulados no método de compras da OS e sem apontamentos pelos responsáveis quanto a inconsistências.

Neste diapasão, foi verificada ainda a compatibilidade das aquisições e contratações de serviços com o objeto do Termo e a princípio as aquisições estão de acordo com o Termo - Gestão de serviço hospitalar e da rede, sem apontamentos negativos das áreas interessadas.

X - Que os originais dos comprovantes de gastos contêm a identificação da entidade beneficiária, do tipo de repasse e do número do ajuste, bem como do órgão/entidade repassador(a) a que se referem;

Os documentos fiscais apresentados vieram com o carimbo da identificação do termo, bem como com o carimbo do recurso utilizado.

Para os documentos que não localizamos os carimbos, o fato foi apontado como inconformidade e a instituição enviou posteriormente regularizado.

XI - A disponibilização pela entidade do terceiro setor das respectivas certidões atualizadas acerca da regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas, quando a aplicação dos recursos envolver gastos com pessoal;

A instituição apresentou as certidões ora juntadas que demonstram estarem regulares, destacando o fato de serem certidões positivas com efeito negativas, dos recolhimentos de FGTS (CRF) e às de débitos trabalhistas do exercício 2023.

XII - O atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público;

A instituição mantém em seu portal as publicações de contratações e aquisições, bem como as publicações de demonstrações de seus serviços realizados, o que denota a observância dos princípios constitucionais. Quanto à motivação e o interesse público, as prestações dos serviços na rede de atendimento e no hospital, observadas e acompanhadas pela gestão municipal de saúde mostram o desenvolvimento das ações em rede seguindo os preceitos do serviço público, inclusive tendo em vista a supervisão realizada pela secretaria Municipal de Saúde.

XIII - A existência e o funcionamento regular do controle interno do órgão, ou entidade público(a) concessor(a), com indicação do nome completo e CPF dos respectivos responsáveis

Quanto ao controle interno da prefeitura, este é realizado pela Controladoria Geral do município e em anexo, seguem os dados da responsável durante o exercício 2023.

ADRIANO PACIENTE GONÇALVES CPF: 182.852.158-22 Mandato: 01/01/2023 a 31/12/2025, conforme artigo 74 da Lei 6.000/2022 Portaria: 62.316



VANESSA NOGUEIRA PEREIRA DA SILVA CPF: 325.309.588-66 Período: 04/09/2023 a 23/09/2023. Motivo: Substituição de Férias do Titular.

XIV -Indicação quanto à realização de visita in loco pelo órgão, ou entidade público(a) concessor(a), quando houver.

A Secretaria Municipal de Saúde realiza, de forma permanente e regular, visitas in loco para o acompanhamento das atividades desenvolvidas pela fundação. Para além dos controles apresentados, os mecanismos de acompanhamento do desenvolvimento das atividades contam também com as demonstrações trazidas pelos relatórios de gestão quadrimestrais e a fiscalização e acompanhamento, feitos pela Comissão.

Afim de garantir que as ações estão sendo executadas de acordo com o plano operativo, realizamos uma auditoria no dia 15 de maio de 2024, nas dependências do HOSPITAL DE CLÍNICAS DRº RADAMÉS NARDINI, pelos membros da Comissão: JULIANO – Presidente, RODRIGO, TATIANA e JULIANA – Membros, Drª GABRIELA.

A recepção ficou a cargo da Diretora PATRÍCIA VERONESI, do Responsável de Qualidade RODRIGO, da Responsável de Indicadores SABRINA, e da Responsável Técnica JULIANA.

Todos os elevadores estavam em funcionamento e foram utilizados durante a visita.

O gerador está em pleno funcionamento.

Haviam pacientes sendo atendidos no momento da visita, o que demonstra que os equipamentos de radiologia e tomografia estão funcionando.

Não foram encontrados equipamentos tecnológicos que estivessem quebrados.

O equipamento de ultrassonografia estava funcionando e havia um paciente realizando exame no momento da visita.

A parte elétrica e hidráulica, no geral, estava tudo em ordem. Encontramos 1 tomada na recepção que estava sem o devido espelho e com os fios aparentes; 1 botoeira de incêndio estava solta.

As áreas de passagem estavam devidamente limpas e sinalizadas. Havia 1 longarina próximo a sala de radiologia com 1 das cadeiras quebrada e foi retirada para manutenção imediatamente.

As salas de exames, farmácia e consultórios estavam devidamente limpos.

Os sanitários estavam limpos. Identificamos falta de assento no sanitário masculino da recepção no P.S (A O.S informou que os furtos são recorrentes).

A sala de armazenamento de mantimentos estava limpa e organizada , com todos os itens nas prateleiras e em cima de pallets de plástico.O piso da cozinha do refeitório necessita de alguns reparos e já está em andamento a obra; será enviado a foto assim que terminarem.

A unidade não possui AVCB ativo mas está com protocolo aberto 332895-3/2023.

O controle de pragas, desratização e limpeza de caixa de água e bebedouros, estavam atualizados.

O certificado de saúde e inspeção sanitária estava atualizado.

Todos os extintores estavam recarregados e com as suas validades em dia.

Há equipe de brigadistas com seus devidos certificados.

Havia falta de sinalizações de emergência em alguns corredores e escadas, porém o SESMT estava realizando adequações e montando o plano de evacuação em caso de emergência. (é



necessário colocar as sinalizações no início das escadas). Está previsto para junho, a simulação de evacuação, e assim que fizerem será enviado para a secretaria o resultado.

Todos os funcionários estavam devidamente uniformizados e com seus EPI'S em uso. Verificado o refeitório, equipe de enfermagem, salas de exames radiológicos, tomografia, maternidade e psiquiatria.

Há um controle de uniformes devidamente preenchido e atualizado; Haviam alguns campos sem as assinaturas e preenchimentos, mas eram de anos anteriores.

Existe o manual POP, porém está com atraso na revisão. Solicitamos a correção.

O PCMS está atualizado.

Em todos os setores haviam escalas atualizadas da equipe. Verificado as áreas de Maternidade e Psiquiatria.

Os avisos de gratuidade dos serviços com logotipo do SUS estavam afixados nas áreas de recepção. Foi informado que a sinalização será reformulada, feita com outro material e em maior tamanho.

Os livros de ocorrência solicitados foram entregues (Recepção, PS Adulto e Infantil, Psiquiatria e Maternidade) e as ocorrências estavam devidamente registradas.

As escalas estão afixadas nos quadros em todos os departamentos. Verificado nos setores de maternidade e psiquiatria.

Há um diretor técnico e o mesmo não faz parte da escala de plantonistas.

Há um diretor clínico.

Há uma comissão de infecção hospitalar, estão atuantes, conforme documentação analisada.

Há uma comissão de revisão de prontuários, estão atuantes, conforme documentação analisada.

Há uma comissão de avaliação de óbitos, estão atuantes, conforme documentação analisada.

Há uma comissão de ética médica e de enfermagem, que atuam quando há ocorrências.

Os devidos registros existem e os certificados estão validos (CREMESP, CREFITO, CRF, CRN, CRESS), exceto os do COREN que estavam vencidos, porém o COSAM já entrou com solicitação de atualização dos certificados junto ao COREN.

Há sinalização e sala de classificação de risco em funcionamento na recepção do pronto atendimento.

Os treinamentos e capacitações para implantação de normas e rotinas assistenciais, estão acontecendo mensalmente, conforme listas apresentadas.

As reuniões clínicas das equipes médicas e de enfermagem acontecem diariamente, conforme listas apresentadas.

A auditoria de prontuários e fichas de parto, foi acompanhada pela Dra Lívia (Diretora Técnica) e Dra Cristina (Coordenadora da Maternidade).

Foram solicitados 50% dos partos realizados no Hospital Nardini com altas do mês de abril/24, pois com a auditoria realizada anteriormente e com as questões pontuadas, foram iniciadas capacitações com os colaboradores da Maternidade com início em março/24.

Foram analisados 111 prontuários e destes, 07 se referem a internação com altas de março/24, portanto, a análise por amostragem foi feita baseada em 104 prontuários.

Importante destacar que não houve uso de corretivo (ou branquinho) em nenhum destes analisados, como também nenhum tipo de rasura em campos observados.

Da análise da amostragem realizada foram 46 Partos Cesáreas e 58 Partos Normais.



Observado nestes prontuários os indicadores correspondentes a Ficha de Parto e apurado a porcentagem de acordo a forma de cálculo apresentada na matriz de indicadores

- **Taxa de contato Pele a Pele: houve em 95 dos partos - o que refere a 91,34%**
- **Taxa de Episiotomia: houve em 06 dos partos normais - o que refere a 10,34%**
- **Amamentação na 1ª hora de vida: houve em 94 dos partos - o que refere a 90,38%**
- **Analgesia farmacológica no parto vaginal: houve em 31 dos partos normais - referindo a 53,5%**

De acordo com a Dra Cristina, a Maternidade segue novamente em transição para uma nova ficha de parto chamada "Avaliação pós-parto", de forma mais clara aos profissionais envolvidos e com prazo provável para toda adequação no final de junho/24.

Houve uma melhora considerável no padrão de preenchimento das fichas e conseqüentemente na confiabilidade da informação, melhorando o serviço prestado à população.

Considerações finais

A partir das avaliações e acompanhamentos realizados, não foram constatados óbices à continuidade dos serviços realizados pela instituição mantida, tendo em vista que a assunção imediata pela gestão municipal em contraposição a manutenção dos repasses ao terceiro setor recairia em adaptações de ordem administrativa e de recursos humanos hoje não observados como possíveis, tendo em vista a solução de continuidade.

Ao mesmo tempo, a qualidade dos serviços prestados demonstra a opção pela manutenção dos trabalhos realizados a partir do termo.

Célia Cristina Pereira Bortoletto
Secretária de Saúde